

Celso Lafer

A ordem cosmopolita: uma construção interrompida?

(1) Uma das características de Rubens Ricúpero é o gosto pela história, que nela metodologicamente atua como formador de sensibilidade quanto aos rumos e tendências do sistema internacional, na justa observação de Gelson Fonseca Jr. Foi a partir de sua privilegiada sensibilidade histórica que ele elaborou a sua avaliação do tema da nossa mesa. No meu comentário vou procurar complementar as reflexões por ele propostas a partir de outros ângulos. Começo pelo filosófico, pois Rubens, ao afirmar que não só a paz mas também a solidariedade é indivisível, propõe como fio condutor da sua reflexão idéias reguladoras, à maneira de Kant, possibilitadoras de uma ordem cosmopolita.

(2) O tema da nossa mesa - o de uma ordem cosmopolita - é filosoficamente, como se sabe, um tema kantiano. Kant indicava que a conjectura sobre o progresso do gênero humano tem como lastro a identificação, vinculada à experiência, de sinais premonitórios (5º item sobre a pergunta se o gênero humano está em constante progresso para o melhor). A queda do muro de Berlim e o fim da bipolaridade, nos seus desdobramentos iniciais, pareciam apontar nesta direção, gerando expectativas positivas quanto à possibilidade da construção de uma ordem cosmopolita. Exemplifico: na primeira metade dos anos 90, uma maior homogeneidade dos critérios de legitimidade e uma diluição dos conflitos de concepção sobre a organização da vida em sociedade promoveu convergências no plano da economia e da política, antecipando a construção de consensos gerais; o término do apartheid assinalou o fim de uma significativa mancha racista na África do Sul; os acordos de Oslo permitiam prenunciar paz entre israelenses e palestinos; havia clima para um novo alento nas negociações de desarmamento das quais adviriam os "dividendos da paz"; as duas primeiras conferências da ONU, da década, sobre temas globais, que trataram no Rio em 1992 e em Viena em 1993, respectivamente, do meio-ambiente e desenvolvimento e de direitos humanos, se deram no horizonte de uma kantiana razão-abrangente da humanidade e não em termos das prévias e seletivas polaridades definidas - Leste/Oeste, Norte/Sul; a conclusão da Rodada Uruguai, permitiu a criação da OMC, que foi vista como a primeira organização internacional de vocação universal pós-Guerra Fria, apta a tratar de um multilateralismo comercial regido por normas. Esses eventos comportavam uma leitura a partir da qual a "insociável sociabilidade dos homens" caminhava, graças aos sinais contidos nesses eventos, para um progressivo iluminar-se.

(3) O início do século XXI não confirmou estes sinais premonitórios tendentes a construção de uma ordem cosmopolita, pois os eventos do presente vão em direção contrária.

A idéia kantiana de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita se vê, no momento, corroída pela lógica da fragmentação das forças centrífugas. Estas vêm ensejando a sublevação dos particularismos neles incluído o destrutivo "poder de negação", da violência que anima, paradigmaticamente, o solipsismo da razão terrorista. A hipótese que cada Estado, ainda o mais pequeno, possa esperar segurança e direito, não em função do próprio poder ou da sua própria avaliação jurídica, mas sim de uma Liga de Nações (o foedus Amphictyonum), fruto de um poder unido que decide segundo normas provenientes de uma vontade solidária - (que é o sétimo princípio da "Idéia de uma História Universal") - e que tem seus desdobramentos no Projeto da Paz Perpétua (segundo artigo definitivo) no foedus pacificum de um federalismo de estados livres, tem sido posto em questão. Com efeito, a ONU, como um tertius inter-partes, inspirada pelas idéias kantianas, foi solapada pelo unilateralismo que entende a soberania, à maneira de Carl Schmitt, como o poder de decidir sobre o estado de exceção. Foi o que se verificou em 2003 no caso do Iraque.

Neste contexto cabe lembrar que o presidente Fernando Henrique Cardoso em Paris, na Assembléia Nacional em 30 de outubro de 2001, discutindo a dicotomia barbárie/civilização, premonitoriamente observou: "A barbárie não é somente a covardia do terrorismo, mas também a intolerância e a imposição de políticas unilaterais em escala planetária".

O direito à hospitalidade universal, como elemento fundamental do kantiano direito cosmopolita (3º artigo definitivo para a Paz Perpétua) esbarra nas limitações crescentes à livre movimentação das pessoas, na xenofobia, na intolerância em relação à diversidade, na situação dos migrantes não documentados.

Os nexos que Norberto Bobbio articulou entre democracia e direitos humanos no plano interno e paz no plano internacional, instigado pelo primeiro artigo definitivo do Projeto de Paz Perpétua - em todo estado a constituição civil deve ser republicana - no momento atual estão enfrentando o deságio do minimalismo que Michel Walzer qualifica de "thin morality".

A publicidade como critério de moralidade proposta por Kant (no apêndice 2 do Projeto de Paz Perpétua) que é o fundamento da "diplomacia aberta" como meio de controle dos arcana imperii do arbítrio da razão de estado, e a contestação kantiana a um suposto direito de mentir por amor à humanidade

foram negados, contrariando a verdade rigorosa nas alegações sobre a existência de armas de destruição de massa no Iraque.

A proposta do gradual desarmamento (artigo 3º da 1ª seção do Projeto de Paz Perpétua) se vê, no momento, confrontada pelas dificuldades crescentes de se lidar com as armas de destruição de massa e com os maciços investimentos armamentistas.

Os riscos, para a paz, da bancarrota dos estados, fruto das dívidas públicas derivadas de um sistema de crédito que leva a dívidas que crescem ao infinito (discutidos no art. 4º da primeira seção do Projeto da Paz Perpétua) vêm aumentando com as flagrantes imperfeições da atual arquitetura financeira internacional.

O espírito do comércio, que Kant considera incompatível com a guerra, e por isso é uma contribuição à paz (como ele discute no primeiro suplemento de garantia da Paz Perpétua) tem se visto contido pelos protecionismos que têm, até o momento, obstaculizado as negociações do mandato de Doha da OMC.

Em síntese, os eventos acima mencionados são, à maneira de Kant, filosoficamente sinais de interrupção da construção de uma vida cosmopolita.

(4) A conseqüência, no plano das relações internacionais, tem sido a multiplicação das tensões. As tensões se diferenciam das controvérsias. Estas são um desacordo sobre um objeto suficientemente circunscrito para se prestar a pretensões claras suscetíveis de um exame racional. As controvérsias são inerentes à vida internacional, derivam da kantiana "insociável sociabilidade dos homens" e são assimiláveis na construção jurídica de uma vida cosmopolita. As tensões, como aponta Charles de Visscher, são difusas e não específicas. O seu objeto é menos definido. Manifestam-se por atitudes e posturas as mais diversas e expressam a "alta política" menos redutível a uma análise racional. Existem, no momento atual, tanto tensões de hegemonia, quanto tensões de equilíbrio. Os dois tipos de tensão corroem a afirmação, no plano dos fatos, da indivisibilidade da solidariedade, como idéia reguladora de uma ordem cosmopolita. Afetam, no entanto, as diversas regiões do mundo de maneira distinta. São rápidas considerações sobre as especificidades regionais o que vou, a seguir, em conclusão, apontar.

(5) A região é uma relevante categoria no estudo das relações internacionais. No plano conceitual, exprime uma relação entre um subsistema regional com suas características próprias e a sua capacidade de atuar ou a sua necessidade de reagir diante da dinâmica do funcionamento do sistema internacional.

No período pós-Guerra Fria, a região mais negativamente afetada pelo crescimento nas tensões, impeditiva de uma ordem cosmopolita, foi a África. Pobreza, Aids, colapso de estados, conflitos, dificuldade de encontrar um papel econômico no mundo, o genocídio em Ruanda, são indicações destas tendências. No Oriente Médio a exacerbação da violência no conflito Israel/palestinos; os receios do impacto da globalização na identidade cultural árabe e nas tradições locais; os padrões de integração com o resto do mundo, assinalados pela migração e pela exportação de petróleo, cujos recursos não levaram à diversificação econômica; a corrida armamentista; o desastre do que vem ocorrendo no Iraque, para qualquer expectativa cosmopolita, são alguns exemplos do grau das tensões - de hegemonia e do equilíbrio - presentes na região.

Na Ásia, que é uma região de grande diversidade, perduram duas realidades derivadas da Guerra Fria: Taiwan e a divisão da Coreia; um contencioso não solucionado da descolonização, Cachemira, que teve o seu impacto pós-Guerra Fria na nuclearização militar explícita da Índia e do Paquistão, e o fato que a dimensão estratégico-militar do Japão mudou com o término da bipolaridade, e o passivo das tensões regionais de sua atuação durante a Segunda Guerra Mundial persiste, em contraste com o que ocorreu na Europa, com a Alemanha. O sucesso econômico da China entusiasma e assusta a região, e a Índia vem conseguindo combinar desenvolvimento com democracia. O desempenho mais favorável da região não afasta, no entanto, o potencial das tensões provenientes do quadro acima descrito.

O fim da Guerra Fria mudou significativamente o quadro político e econômico da Europa que deixou de ser a linha de frente do conflito estruturador da ordem mundial que era a bipolaridade EUA/URSS. Desapareceu o "Leste Europeu" como expressão da área de hegemonia da URSS; a Alemanha reunificou-se; os particularismos se sublevaram, tragicamente, nos Balcãs mas foram contidos; e, sem dúvida, o aprofundamento e o alargamento da UE são, com todas as suas dificuldades, o sinal premonitório mais positivo de uma leitura kantiana do mundo contemporâneo. A Rússia trabalha a redefinição de seu papel do mundo, mas nestas redefinições a tensão mais forte se espraia em direção à Ásia e não em direção à Europa.

No que diz respeito à América Latina, em matéria de tensões, aponto a existência de fragilidades econômicas e financeiras; novos desafios para a consolidação democrática gerados pelo descompasso entre as expectativas criadas pela redemocratização e os problemas de inclusão social; o repto, em vários países, proveniente do movimento indígena, que traduz o desencontro entre nação, identidade e democracia e, naturalmente, o relacionamento da região com os EUA que coloca em novos moldes a tensão de hegemonia

quando se contrasta a administração Clinton com a administração Bush.

Em síntese, com estas pinceladas, o que busquei indicar foi a importância da dimensão regional e dos seus problemas como um ponto de partida para retomar o desafio de dar continuidade à construção de uma ordem cosmopolita.

(6) Para finalizar. A dicotomia guerra/paz explicita a situação-limite do sistema internacional e os termos guerra e paz podem ser concebidos, como aponta Raymond Aron, kantianamente, como ideais reguladores da razão: a guerra nos lembra o que é preciso temer e a paz o que temos o direito de almejar.

A representação da paz e da guerra nesta acepção de idéias da razão está presente nos dois grandes murais da ONU de Portinari, ofertados pelo Brasil, e que são diariamente vistos pelos diplomatas que atuam na sede em Nova York. Lembro que o mural da guerra teve nos quatro cavaleiros do Apocalipse o seu ponto de partida e as panteras, de repugnante e assustadora beleza, as figuras maternas com o filho morto e as faces dos retirantes chamam a atenção para o que é preciso temer. Recordo que o mural da Paz tem, no seu centro, como aponta Carlos Drummond de Andrade, duas cabras que dançam "porque a paz é um estado natural de dança na face da terra". É esta paz o que temos direito de almejar, pois como dizia o poeta Mário de Andrade sobre o Brasil: "Embora tão diversa a nossa vida / Dançamos juntos no carnaval das gentes". Por este motivo, no jogo da dicotomia, apesar da construção interrompida da ordem cosmopolita, cabe-nos ter de futuro, como diria Tocqueville, esta preocupação salutar que faz velar e combater em prol da aspiração da paz perpétua. A tradição pacifista é parte da identidade internacional do Brasil e os chanceleres brasileiros dela têm a oportunidade de se lembrar diariamente, pois no seu Gabinete, no Palácio do Itamaraty, estão presentes dois belos estudos de Portinari, preparatórios dos murais Guerra e Paz da ONU.